

CARTA DE CRICIÚMA

O Brasil atravessa um período de extrema necessidade de mobilização popular. Os eventos mais recentes demonstram a agenda de contrarreformas em todas as políticas sociais do país. De forma mais acentuada, o Sistema Único de Saúde sofre fortes retrocessos no tocante ao seu funcionamento e continuidade.

No ano em que completa 30 anos de sua garantia, o sistema de saúde brasileiro, que contribuiu para o desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, enfrenta seu período mais problemático. Subfinanciado desde a sua fundação, ainda é considerada a maior conquista do povo, depois da democracia, e a maior política pública brasileira.

O desarranjo do SUS é cotidiano dada a conjuntura nacional. A aprovação da PEC 241 (EC 95/2016) que congela os investimentos em políticas sociais como saúde e educação, têm representado a maior ameaça às práticas do sistema.

Os residentes em saúde, respaldados na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, contribuem a nível nacional para a modificação dos cenários de práticas em saúde. Os profissionais inseridos nos programas de residência viabilizam a possibilidade, através da integração ensino-serviço e atividades teórico-práticas, de incentivo de novas formas de produzir saúde.

Dentro do cenário atual, os residentes representam, junto aos trabalhadores em saúde, a resistência em defesa do SUS e sua manutenção.

Portanto:

Nós, residentes em saúde de Santa Catarina, reunidos no III Encontro Catarinense de Residentes em Saúde no dia 27 de agosto de 2018, ressaltamos:

1. O posicionamento contrário à EC 95/2016 (teto de gastos);
2. A não restrição de jovens e recém-formados na entrada aos Programas de Residência Multiprofissional;
3. A proposição de uma nova categoria de título, retirando da categoria de especialização e criando, a categoria Residência, dada a carga horária superior aos cursos de especialização;
4. A luta pela redução da carga horária para 44 horas semanais, sem prejuízo da bolsa;
5. A necessidade de maior transparência em relação ao quadro de preceptor e tutoria, assim como clareza em relação ao repasse de bolsas;
6. A reivindicação do respeito a legislação que reafirma a presença do preceptor no cenário de prática, com formação de acordo com a função;
7. A necessidade de um corpo docente fixo para a Residência, sendo sua carga horária respeitada;

8. A reivindicação de paridade entre tutores, preceptores e residentes, tendo a obrigatoriedade de 50% da estrutura por residentes na composição da COREMU;
9. A luta pelo reajuste do valor das bolsas;
10. Uma maior clareza em relação a “condição especial” do bolsista de Residências, assim como descrição dos direitos relacionados a INSS, tempo e condições de trancamento, etc;
11. A garantia de utilização de atestados de saúde sem necessidade de reposição;
12. Necessidade de maior clareza sobre o que se entende por “dedicação exclusiva”;
13. Necessidade de maior clareza sobre o que se entende por “área de concentração”;
14. Definição de carga horária semanal para realização de Trabalhos de Conclusão de Residência;
15. A Garantia de certificação dos Programas de Residência pelo MEC;
16. O Fortalecimento dos fluxos já existentes no que diz respeito ao assédio;
17. A Possibilidade de inclusão de uma cadeira para um representante da Residência Multiprofissional como entidade nos Conselhos Municipais de Saúde;
18. Fomento à organização política dos residentes;
19. O incentivo ao movimento político de cidadania com a população;
20. O incentivo aos espaços de discussão entre residentes, que seja garantido e com frequência;
21. O Fortalecimento do Coletivo Catarinense de Residentes.

Neste sentido, o Coletivo Catarinense de Residentes em Saúde opõe-se fortemente contrário ao desmonte do Sistema Único de Saúde e entende que, é através do exercício da cidadania e da democracia que se viabilizará o protagonismo social e a efetividade das políticas públicas.

Coletivo Catarinense de Residentes em Saúde,
Criciúma, 27 de Agosto de 2018.

